

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

MODALIDADE E ENGAJAMENTO EM EDITORIAIS DA IMPRENSA PAULISTANA DE BAIRRO

Paulo Roberto Gonçalves Segundo (USP)
paulosegundo@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A imprensa paulistana constitui-se na mais importante imprensa local do país. São mais de 50 periódicos regulares, que circulam nos mais diversos bairros da capital paulista, procurando abarcar a realidade local e os fatos que, em geral, concernem ao dia-a-dia do cidadão.

Logo, trata-se de uma mídia que possui um público-alvo muito específico e cuja sobrevivência está estritamente ligada ao sucesso dos classificados e da publicidade local, geralmente restrita a estabelecimentos comerciais e oferta de serviços regionais, que vêm no jornal um meio de divulgação acessível.

Assim, dado que não consiste em um veículo que objetiva, explicitamente, a formação de opinião e um retrato mais global das notícias de impacto no Brasil e no mundo e, nesse sentido, sua capacidade de pressão política é bem mais restrita que a de um grande jornal, seu processo de captação da comunidade leitora perpassa pela construção do estreitamento do vínculo interpessoal em relação a esse público e à tematização de fatos de interesse imediato da comunidade, procurando ocupar um espaço de informação e conhecimento pouco contemplado pela grande mídia.

Neste artigo, buscar-se-á analisar de que modo a modalidade, associada aos recursos avaliativos, permitem à voz autoral dos editoriais estabelecer relações de alinhamento e solidariedade discursiva em relação ao público-leitor, a partir das propostas teóricas associadas à Teoria da Valoração, conforme Martin e White (2005), aplicadas a um *corpus* constituído por dois editoriais desta imprensa.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

1. A teoria da valoração

De inspiração nitidamente hallidayana, partindo de pressupostos sistêmico-funcionais, a abordagem da Valoração trata, principalmente, dos recursos linguísticos relacionados ao poder e à solidariedade discursiva, subdivididos em três grandes categorias — a atitude, o engajamento e a gradação —, procurando descrever de que modo esses recursos interpessoais funcionam e interagem no estabelecimento da identidade e da relação intersubjetiva entre os participantes de um evento comunicativo.

Assim, a teoria abarca componentes sócio-semióticos relacionadas à construção da intimidade, da distância, do envolvimento, da identidade e da autoridade discursivas, realizadas, linguisticamente, por meio de recursos avaliativos.

A *atitude* concerne às avaliações positivas ou negativas relativas a estados de coisas, entidades e acontecimentos. Subdivide-se em *afeto* (reações afetivas diante de uma situação ou comportamento específico), *juízo* (avaliações acerca da capacidade, normalidade, tenacidade, propriedade e veracidade dos comportamentos ou atitudes humanas e institucionais) e *apreciação* (avaliações de caráter estético acerca de elementos concretos da realidade, como objetos, ou de risco e importância, no que tange a processos, eventos, entidades abstratas).

A *gradação* abarca os recursos por meio dos quais os falantes tanto maximizam ou minimizam o impacto de suas avaliações quanto tornam ofuscadas ou nítidas as categorias avaliativas com as quais operam. Subdivide-se em *força* e *foco*.

O *engajamento*, cerne deste trabalho, constitui-se no componente por meio do qual a voz autoral se posiciona em relação a seu enunciado e aos enunciados potenciais de outros atores sociais envolvidos na interação. Como corolário, verifica-se que todo enunciado é visto como posicionado ou atitudinal. Trata-se de uma categoria calcada na noção de heteroglossia ou heterogeneidade constitutiva do círculo bakhtiniano, por meio da qual se objetiva descrever em que medida falantes/escritores reconhecem as afirmações anteriores às suas formulações e de que modo eles se engajam em relação a tais enunciados (em oposição, concordância, neutralidade etc.).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Nesse sentido, os recursos linguísticos podem ser utilizados para expandir o diálogo com essas outras vozes ou, pelo contrário, para suprimir, desafiar ou restringir o escopo de tais alternativas. Os primeiros são denominados recursos de expansão dialógica; os últimos, de contração dialógica.

A expansão dialógica é subcategorizada em:

1. **CONSIDERAR** (*ENTERTAIN*): abrange recursos por meio dos quais a voz autoral se posiciona de modo não-autoritário, ou seja, de maneira que sua proposta ou proposição seja entendida como uma possibilidade dentre várias, o que abre espaço para outras alternativas. Tal opção geralmente está ligada ao fato de a voz autoral pressupor a existência de uma divisão polêmica da audiência acerca de um determinado tópico ou avaliação. Tal domínio agrega, principalmente, os fenômenos da modalidade, da evidencialidade e certos tipos de perguntas retóricas.

2. **ATRIBUIÇÃO** (*ATTRIBUTION*): trata-se das formulações em que se atribui a uma fonte externa uma proposição ou proposta, que, em geral, se dissocia da posição da voz autoral interna. Subdivide-se em *reconhecimento* — quando a voz autoral não se posiciona em relação à proposição — e *distanciamento* — quando o escritor/falante rejeita explicitamente tornar-se responsável pela proposição, maximizando, assim, o espaço de alternativas dialógicas. Por conseguinte, pertencem a este domínio os recursos associados ao discurso relatado: os verbos de elocução, os verbos de processamento mental, nominalizações desses processos, adjuntos adverbiais conformativos, e formulação de ‘hearsay’ (*ouvir dizer*), como *supostamente*, *dizem que*.

A contração dialógica também apresenta duas subclassificações:

1. **REFUTAR** (*DISCLAIM*): refere-se às formulações por meio das quais se rejeita ou substitui um enunciado anterior ou posição dialógica alternativa por meio de sua invocação no texto. Trata-se do mecanismo de contração máxima, já que a alternativa invocada não se aplica. É subdividida em *negação* e *concessão/contra-expectativa*.

2. **DECLARAR** (*PROCLAIM*): estão incluídas nesta categoria as formulações que limitam o escopo das alternativas dialógicas em questão. Subdivide-se em *concordar*, *declarar/afirmar* e *endossar*.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

A primeira concerne à concordância explícita da voz autoral em relação a um parceiro dialógico projetado; em geral, o leitor ideal, o que pressupõe um grau máximo de alinhamento entre os interlocutores. Formas adverbiais, como *naturalmente*, *obviamente* e perguntas retóricas constituem exemplos de tal categoria.

Declarar/afirmar envolve ênfase do produtor textual na formulação, já que se pressupõe uma resistência em relação aos valores enunciados ou à própria proposição. Trata-se de contração dialógica, pois a voz autoral rejeita a possível voz alternativa. Expressões como *O fato é que...* e intensificadores de escopo oracional, como *de fato*, *de verdade*, *realmente* são exemplos de tal componente.

Por fim, *endossar* abarca as formulações por meio das quais a voz autoral toma responsabilidade pela proposição alternativa invocada, tomando-a como válida ou inegável. Difere do *distanciamento*, pois, neste, a responsabilização e identificação não se verificam. Os verbos *mostrar*, *demonstrar*, *provar*, são exemplos típicos da categoria.

Neste trabalho, enfocar-se-ão a categoria de *expansão dialógica* e os mecanismos de *consideração*, aos quais a modalidade se integra.

2. Modalidade: breve percurso teórico

A modalidade constitui-se em um fenômeno linguístico de difícil conceituação, havendo, nesse sentido, diferentes pontos de vista tanto sobre seu caráter epistemológico quanto sobre os elementos linguísticos que lhe são associados.

A filosofia da linguagem, de inspiração aristotélica, divide a modalidade em *alética* (relacionada à verdade das proposições), *epistêmica* (relacionada às crenças dos falantes) e *deôntica* (relativa à conduta dos atores sociais).

Halliday (2004), pai da Linguística Sistêmico-Funcional, caracteriza-a como um fenômeno linguístico que concerne ao enunciado como troca/intercâmbio e, nesse sentido, como elemento integrante da função interpessoal da linguagem. Para esse autor, a função da modalidade é construir uma região escalar de incerteza (ou imprecisi-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

são) entre o pólo positivo e o negativo, constituindo-se de três valores graduais.

Assim, em proposições (ou trocas de informação), esses graus correspondem à probabilidade (possível, provável, certo) e à frequência (às vezes, frequentemente, sempre) e, em relação a propostas (trocas de bens e serviços), equivalem à obrigação (permitido, esperado, exigido/obrigatório) e à inclinação (desejo, ansiedade, determinação).

Palmer (1986), por sua vez, não entende modalidade como um fenômeno de natureza relacional. Para ele, “a modalidade na linguagem concerne, então, às características subjetivas de um enunciado, e ainda poderia ser proposto que a subjetividade é um critério essencial para a modalidade. A modalidade poderia, em outros termos, ser definida como a gramaticalização dos posicionamentos e opiniões (subjetivos) do falante” (PALMER, 1986, p. 16).

Dentre suas propostas, destacam-se a modalidade *dinâmica*, concernente à capacidade, habilidade ou disposição do ator social a que a responsabilidade modal é atribuída no enunciado, e a *volitiva*, referente a desejo e esperança.

Hoye (1997) define o fenômeno como um campo semântico de coerções modais, realizadas lexical, gramatical e prosodicamente, envolvendo a construção de um mundo possível, no qual as coisas são concebidas de modos diferenciados, ou seja, em contraste com o mundo real atual, com o qual estabelece relações abstratas.

Acrescenta que os elementos modais funcionam, muitas vezes, como recursos de instauração de polidez negativa, já que eles enfatizam, de modo geral, a individualidade e a independência dos participantes.

Fairclough (2007) entende a modalidade como o modo pelo qual as pessoas se comprometem quando afirmam, perguntam, ordenam ou se oferecem, o que revela uma filiação ao pensamento sistêmico-funcional. No entanto, esse autor analisa o fenômeno como um recurso de constituição da identidade dos atores sociais, tendo em vista que o grau de comprometimento e de validação de um enunciado por seu produtor revela facetas do seu modo de ser e, portanto, de sua(s) identidade(s).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Por fim, Martin & White (2005), inspirados na noção bakhtiniana de heteroglossia (ou heterogeneidade constitutiva), concebem as operações modais como recursos de engajamento discursivo, que expandem o dialogismo textual, ou seja, que criam a possibilidade de engendramento de vozes ou posições alternativas ao discurso enunciado, projetando textualmente uma audiência dividida em relação a determinado assunto, de modo a estabelecer uma maior solidariedade com o público.

Nesse sentido, os recursos modais tornam-se estratégicos para o estabelecimento de relações de alinhamento com o público-leitor, de modo que permite à voz autoral posicionar-se de forma autoritária ou democrática diante de seu público projetado, o que traz consequências diretas à sua relação interpessoal com os consumidores de seus textos, tanto do ponto de vista identitário como relacional.

Assim, opera-se, neste artigo, com uma proposta abrangente de modalidade, que procura considerar tanto seu aspecto linguístico e sócio-semiótico quanto retórico. Desse modo, ela é concebida como um campo semântico, pragmático e discursivo, por meio do qual operações heteroglóssicas são realizadas, de modo a marcar tanto o posicionamento do enunciador em relação ao enunciado, quanto a si mesmo e ao outro, cumprindo papel fundamental na construção das identidades e da autoridade, no estabelecimento de solidariedade e no desenvolvimento da persuasão, ocupando, como corolário, papel central no componente interpessoal da linguagem, conforme postula Halliday (2004).

3. Análise do corpus

O *corpus* deste trabalho é constituído por dois editoriais: o primeiro, do jornal *O Parque*, publicado em março de 1983, que tematiza o Carnaval; o segundo, do SP Norte, veiculado na semana de 08 a 14 de junho de 2007, que tematiza a ética na política.

Os editoriais da imprensa paulistana de bairro não possuem, de modo geral, as mesmas características genéricas dos editoriais da grande imprensa, tendo em vista a esfera em que circulam, não obstante se configurem, à semelhança daqueles, como a voz da institui-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

ção acerca daquilo que o periódico considera relevante opinar naquela edição.

Assim, além da multiplicidade temática, destacam-se os mecanismos de engendramento de intimidade e envolvimento interpessoal e os recursos de engajamento como forma de promover a identificação e a solidariedade entre editorialista e comunidade leitora, de modo que a racionalização argumentativa estrita acaba, em muitos desses textos, cedendo espaço para uma dinâmica mais intimista, informal, coloquial ou afetiva.

Por conseguinte, são comuns as marcas de oralidade, o tom informal, o uso de primeira pessoa do singular ou plural, dentre outras estratégias típicas de textos de oralidade concepcional (OESTERREICHER, 1996), embora, é claro, haja textos que se aproximem do modelo hegemônico de editorial da grande imprensa, conforme se pode verificar nos exemplos seguintes, que ilustram essas duas possibilidades¹⁹:

DEPOIS DO CARNAVAL EU VOU CRIAR JUÍZO

Novamente aproxima-se o reinado de Momo.

Serão quatro dias de arrasar, e a indústria do carnaval funciona a todo vapor. Em contrapartida, o restante de nossa vida entra em estado letárgico.

Entre marchas e xaxados, de norte a sul, a vida vai-se complicando, numa terra que precisa de trabalho para conseguir sobrepujar as dificuldades. Incentivam-se o ócio e a diversão efêmera, a libertinagem e a ilusão de alegria. Nós *bem que poderíamos realizar* essa festa para “**inglês ver**”, mas é absolutamente incoerente que todos nós entremos na “**gandaia**” e depois restemos numa anual quarta-feira de cinzas de dificuldades.

Todos *devem estar cientes* de que os políticos *podem fazer* bem pouco pelo País; afinal quem trabalha somos nós, e essa nova safra política que aí está vai ser mais desunida e conflitante que qualquer outra anterior.

¹⁹ Os textos estão transcritos tais quais foram publicados. Não se optou pelo uso de (*sic*) em eventuais desvios em relação à norma culta. Os segmentos grifados correspondem aos recursos modais.

Resta a alternativa de trabalharmos mais e reclamarmos menos. No mínimo prometemos a nós mesmos que depois do carnaval vamos criar juízo.

A ÉTICA

Quais motivos levam um ser humano a seguir regras sem que haja leis obrigando-o a isso? Uma das respostas aceitas se refere à ética, que conduz o comportamento do ser humano à prática de atos corretos, sem que para isso *deva existir* regra legal para penalizá-lo em caso de descumprimento.

Se há excesso de leis, *provavelmente*, há falta de ética cujo valor intrínseco é o de *não poder ser imposta*. Sua característica espontânea é que lhe confere credibilidade.

Há *sempre* situações que ameaçam uma postura ética, quer pela pressão quer pela tentação, e as tentativas de preservá-la sempre são encaradas sob um só aspecto, o de combater atos corruptos, o que não auxilia em sua compreensão, associando seu conceito à punição de quem não a tem.

Atualmente, ouvimos falar mais da ética quando a mesma escasseia em alguém do que pelos efeitos positivos causados pela sua prática.

Num contexto de relações sociais ou empresariais, as variantes de porcentagem em que a conduta ética é praticada ou não, são avaliadas primeiro sob o aspecto moral, devido a relacionamentos pessoais mais próximos, para, posteriormente, serem aquilatadas quanto aos danos que *possam ter causado*, ficando, *muitas vezes*, restritos aos limites dos referidos, segmentos.

Porém, em circunstâncias de gestão pública, cujo principal ato de seus responsáveis é o de zelar pelo cumprimento da lei, a falta de uma consciência ética se irradia de tal forma que interfere em todo o futuro de um país. Suas ramificações criam uma rede que cresce e que, aos poucos, esconde sua origem e não mostra perspectiva de um fim.

E é isso que estamos vivendo no Brasil. Tantos anos e atitudes desprovidos de qualquer ética já escapam da administração pública para envolver o cidadão que, conforme mencionado, devido à pressão ou tentação, se envolve neste emaranhado, pensando na impunidade, pois exemplos desta há muitos em nosso país. Devido a estes indivíduos que pervertem conceitos éticos, um país *pode vir a ter* suas bases *minadas* comprometendo toda a sua estrutura institucional e *sempre* quem sofrerá mais com isso será a sociedade que não tem em muitos de seus representantes o exemplo digno esperado.

O primeiro texto pertence à tradição exortativa dos editoriais da imprensa de bairro. Denomina-se exortativo o editorial que de-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

manda do leitor uma atitude responsiva prática — além da intelectual, que, no caso, fica plenamente explicitada no último parágrafo.

O processo exortativo exige que a voz autoral construa a sua autoridade por meio da argumentação e/ou do estreitamento do vínculo interpessoal. As modalidades funcionam, no caso, como modos de construção de um mundo possível, a que a voz autoral quer associar-se ou dissociar-se e em relação ao qual alinha suas exortações. Ao mesmo tempo, agem como condutoras da cadeia argumentativa, deixando entrever os valores e avaliações aos quais o editorialista se associa e quais são projetados por ele como integrantes das representações da comunidade leitora, de modo que a solidariedade se torna peça-chave no encadeamento do processo persuasivo.

A primeira modalização do texto encontra-se no terceiro parágrafo, intensificada pelo lexema *bem*, que acentua o caráter de possibilidade e/ou capacidade hipotética da realização da festa, veiculado pelo verbo *poder* no futuro do pretérito. Note-se que se trata de uma forma verbal flexionada em primeira do plural, que inclui o leitor e, assim, o insere no âmbito dessa capacidade e possibilidade, criando solidariedade.

Assim, tem-se o estabelecimento de uma solidariedade que constrói o leitor como competente; contudo, trata-se de um alinhamento que visa a integrar o leitor nas representações da voz autoral, que, na sequência, através de um recurso de contração dialógica duplo — negação e contra-expectativa —, assume e postula, autoritariamente, que tal festa careceria de coerência — já que a quarta-feira de Cinzas é avaliada negativamente como detentora de dificuldades —, tendo, portanto, caráter injustificável.

O indefinido *Todos*, no parágrafo seguinte, expande a solidariedade para toda a sociedade, e torna-se o responsável modal pela formulação ambigualmente deontica ou epistêmica que a ele se segue.

Uma interpretação deontica proporcionaria um teor exortativo à proposta, impondo uma situação de necessidade, que, devido ao efeito prosódico dos fenômenos interpessoais, acarretaria uma provável leitura dinâmica — ou seja, relacionada à capacidade — do verbo *poder* na sequência. Assim, os modais operariam como uma forma de a voz autoral instaurar-se como fonte de conhecimento e valores

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

para o leitor, procurando convencê-lo acerca da ineficácia política para, assim, ter seu espaço discursivo articulado, a partir do qual se pressupõe a adesão do leitor, para poder exortá-lo a agir por conta própria.

Uma interpretação epistêmica, por outro lado, tornaria o enunciado uma proposição de probabilidade alta, levando a uma leitura ambígua do verbo *poder* entre capacidade e possibilidade. Assim, em vez de a voz autoral impor-se como fonte de conhecimento e valor, ela constrói a proposição como já aceita pelo público, de modo que recai sobre a consciência deste a responsabilidade pelos seus atos — ou seja, estando cientes da inércia política, os leitores deveriam saber que precisam agir por conta própria, de modo que a falta de ação individual recairia sobre eles como um julgamento negativo de tenacidade (apatia).

Independentemente da leitura, a voz autoral, pelo uso dos modais, que possibilitam a abertura a posições dialógicas alternativas e auxiliam no processo de solidariedade e identificação, cria um espaço de pressupostos suficiente para realizar a exortação, o que atesta a estreita relação entre modalidade e argumentatividade, postulada na definição aqui proposta sobre o fenômeno.

O segundo texto, por sua vez, apresenta um alto índice de modalidades de frequência — *sempre, muitas vezes*. A modalidade de frequência alta, *sempre*, embora acentue intensamente a iteratividade ou continuidade de um conteúdo proposicional, não impede a leitura alternativa de que situações diferentes possam também ocorrer. No entanto, de um ponto de vista argumentativo, a leitura alternativa se reduz a tal ponto, dado o teor quantitativo, que se torna praticamente irrelevante.

Nesse sentido, trata-se de um recurso situado na linha tênue entre a contração e a expansão dialógica e, por isso, implica um alto comprometimento modal da voz autoral, uma vez que a discordância do respondente, não bloqueada pelo caráter expansivo do advérbio, não implica alto comprometimento interpessoal.

Tal situação dificilmente se verificaria no uso do modalizador *muitas vezes*, presente no final do quinto parágrafo, visto que a adesão do próprio editorialista à proposição referente à extensão dos da-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

nos causados pela conduta ética ou não-ética é parcial. Neste caso, a expansão dialógica é clara e, assim, a voz autoral tenta solidarizar-se com leitores que poderiam ter as mais variadas posições sobre o assunto.

Os dois primeiros parágrafos, por sua vez, apresentam modalidade deôntica e epistêmica. O texto inicia-se a partir de uma construção de oralidade concepcional, por meio de uma pergunta, cuja resposta se centra no termo *ética*, que se constituirá na temática do editorial.

A modalização deôntica *deva existir* atua no sentido de obrigatoriedade, sob o escopo da polaridade negativa advinda do conectivo *sem que*. Tal modalidade possui um funcionamento expansivo complexo, tendo em vista que ela pressupõe, na sua formulação, uma posição contrária, não obstante denote autoritarismo. Contudo, um contraste com a forma imperativa alternativa mostra que a expansividade lhe é inerente²⁰.

Apesar disso, a presença do elemento de polaridade negativa, neste contexto, contrai o caráter expansivo, de modo que a leitura da alternativa dialógica parece nem ser invocada.

Situação semelhante ocorre no parágrafo seguinte, em que há uma interdição clara — *não poder ser imposta* —, referente à natureza da ética. Contudo, o mesmo parágrafo apresenta um modalizador epistêmico — *provavelmente* —, mecanismo expansivo de *consideração*, que permite uma leitura dialógica que não correlaciona excesso de leis a falta de ética. Assim, a modalidade não compromete a voz autoral, no sentido de dessolidarizar-se com uma leitura resistente acerca de tal argumentação.

Verifica-se, então, como, em muitas situações, o uso do epistêmico, diferente do que a tradição dos estudos modais postulava, relaciona-se muito mais a um uso estratégico de componentes interpe-soais com o objetivo de reduzir a possibilidade de crítica às avalia-

²⁰ Exemplo: *Faça a lição de casa e Você deve (tem que) fazer sua lição de casa*. Note-se como, no segundo exemplo, há uma alternativa dialógica relacionada a uma pressuposição de resistência à realização da tarefa.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

ções, propostas ou proposições enunciadas que a de veiculação de incerteza, conforme atestam os exemplos anteriores.

Por fim, o último parágrafo apresenta uma nova modalidade de frequência alta — *sempre* — e uma formulação epistêmica — *po-de vir a ter minadas*. O que chama atenção, no entanto, é a representação em seu escopo, ou seja, o fato de o comprometimento da estrutura institucional do país estar ligado à possibilidade de este ter suas bases minadas, mas as consequências — o sofrimento da sociedade — estarem marcadas pela continuidade ou iteratividade alta.

Trata-se de uma estratégia de alinhamento interessante, na medida em que ao avaliar o sofrimento como constante, mas a efetivação das causas de tal sofrimento como potencial, a voz autoral destaca a incapacidade de a sociedade escapar à perversão da ética, o que é exponencializado pelo fato de que os agentes da perversão ética são apenas alguns indivíduos — os representantes políticos. Assim, estes são construídos como detentores de um poder maior que o da sociedade, o que justifica o pensamento do cidadão em impunidade, mencionado anteriormente neste mesmo parágrafo, acentuando o teor crítico do editorial.

4. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi descrever e analisar o papel dos recursos modais como elementos de engajamento e construção de relações sociais solidárias e/ou autoritárias, de forma a contribuir para o processo exortativo ou crítico do texto.

Assim, pretendeu-se inicialmente mostrar a valiosa contribuição da Teoria da Valoração (MARTIN e WHITE, 2005) para um olhar mais acurado do fenômeno, além de propor uma categorização teórica da modalidade que vislumbrasse a multiplicidade de seus efeitos na produção discursiva, de um ponto de vista sócio-semiótico e linguístico.

Ademais, procurou-se estabelecer um diálogo entre a modalidade e outros fenômenos pertinentes, como formas de contração dialógica e marcas de envolvimento, como os recursos de oralidade concepcional, mostrando de que maneira os diversos elementos in-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

terpessoais interagem no estreitamento do vínculo interpessoal e na argumentação, incidindo diretamente no caráter exortativo e crítico dos editoriais da imprensa paulistana de bairro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Hodder Arnold, 2004.

HOYE, L. *Adverbs and Modalities in English*. London and New York: Longman, 1997.

MARTIN, J. R. & WHITE, R. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

OESTERREICHER, W. Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a uma tipología. In: KOTSCHI, T.; OESTERREICHER, W. y ZIMMERANN, K. (eds.). *El español hablado y la cultura oral en España y Hispanoamérica*. Madrid: Vervuert, 1996, p. 317-340.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. London, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1986.